

## **TERRITÓRIO, ATRASO REGIONAL E DISCURSO POLÍTICO NO ESPÍRITO SANTO REPUBLICANO**

Territory, delayed regional and political discourse in the republican Espírito Santo.

Territorio, el discurso regional y política retraso en el republicano Espírito Santo.

**Marcos Cândido Mendonça**  
Mestrando em Geografia - UFES  
e-mail: mcmcandido@hotmail.com

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar as razões da estruturação do discurso político no Espírito Santo com base na condição de atraso regional do Estado em relação à economia de outras unidades federativas, e as articulações desse discurso sobre a montagem da identidade capixaba. Maior ênfase é dada ao período da Primeira República (1889-1930), por ele constituir um momento de inflexão na política estadual, armado sobre interesses de classe, que quanto à conjuntura federalista da República, orientava-se para construção territorial do Estado do Espírito Santo. Através de outras informações, buscamos apresentar a continuidade do discurso político da elite local de apelar para o passado de atraso e constrangimentos ao desenvolvimento do Espírito Santo.

Palavras-chave: território, discurso político, identidade capixaba.



## Abstract

The objective of this paper is to analyze the reasons for the structuring of political discourse in the Holy Spirit based on the condition of regional backwardness of the State in relation to the economy of other federal units, and the joints of this discourse on the Mount of capixaba identity. Greater emphasis is given to the period of the First Republic (1889-1930), for it be a turning point in state politics, armed on class interests, that as the conjuncture Federalist Republic, oriented to territorial construction of Espírito Santo. Through other information, we seek to present the continuity of the political discourse of the local elite to appeal to the past and delay constraints to the development of the Espírito Santo.

Keywords: territory, political discourse, capixaba identity.

## Resumen

El objetivo de este trabalho es analizar las razones de la estructuración del discurso político en el Espírito Santo sobre la base de la concición de atraso regional del Estado en relación con la economía de otras dependencias federales, y las articulaciones de este discurso en el monte de capixaba identidad. Mayor énfasis se da a la época de la Primera República (1889-1930), para que sea un punto de inflexión en la política estatal, armados en los intereses de clase, que a medida la coyuntura Federalista República, orientando a la construcción territorial de Espírito Santo. A través de otra información, se busca presentar la continuidad del discurso político de las élites locales para atraer a las limitaciones del pasado y retraso en el desarrollo del Espírito Santo.

Palabras-clave: territorio, política discurso, identidad capixaba.



## Introdução

Este trabalho tem por objeto de estudo o tema da cultura política regional, tratando do caso do Espírito Santo. Trata-se do estudo da maneira das forças sociais se relacionarem com a sociedade e seu espaço, considerando o jogo de disputas na arena política no nível das forças regionais expressas nas unidades federativas, envolvendo seus conflitos e alianças, que permeiam a formação de um espaço de domínio e sua sobrevivência política.

O discurso político funciona como instrumento de articulação e acomodação de interesses de classe e de diálogo destes sujeitos com a sociedade a qual eles se colocam como representantes. Movido dentro das contradições de evolução da sociedade, o seu estudo exige avaliar as condições econômicas e sociais através do qual os sujeitos políticos atuaram. Daí este tipo de análise enfatizar que estratégias ou projetos políticos são movimentados no e

pelo (domínio do) espaço, e que sua realização geográfica é um grande indício dos interesses envolvidos e da condição das forças em ação.

A perspectiva de interpretação dos fatos consiste em apreender o espaço geográfico – a construção das cidades, a formação dos territórios, a organização econômica das regiões – como resultado do processo histórico da sociedade em sua existência de transformação/ produção do meio o qual habita. Como resultado do trabalho, a geografia produzida pelo homem (como ser que cria uma compreensão de si e de seu meio) congrega, dessa maneira, a construção material do espaço à elaboração cultural deste, dotando-o de uma compreensão e significado.

A Geografia, nesse sentido, é entendida como disciplina que busca apreender os processos sociais quanto à relação sociedade e espaço. A realidade geográfica expressa assim essa dimensão do real no movimento histórico da humanidade. O espaço geográfico, resulta-



do da relação homem-natureza-espço, apresenta-se como construção concreto-material e simbólico-cultural, que exprime um processo de valorização objetivo (concreto-material) e valorização subjetiva (simbólico-cultural) do espaço. A esse respeito diz Antonio C. Robert Moraes:

*[...] por geografia deve-se diferenciar uma realidade fáctico-material de disposição e organização de objetos e seres na superfície do planeta (a geografia material) e as representações elaboradas pelas sociedades acerca dessa realidade (o discurso geográfico). (Moraes, 2008, p. 23).*

A construção do território, ao corresponder à produção do espaço dirigida a partir de interesses de classes e frações de classe, exprime “um momento superior do processo de valorização, aquele que se assenta no efetivo domínio do espaço” (Moraes, Costa, 1987, p. 137). Assim, a produção simbólico-cultural do espaço corresponde também a esses interesses, por isso, não deve ser interpretada como algo inocente, mas sim obedecendo a interes-

ses econômicos e políticos.

Henri Lefebvre muito esclarece sobre o significado da produção do espaço. Segundo o filósofo:

*Ela supõe o emprego das forças produtivas e das técnicas existentes, a iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir a uma grande escala, a intervenção, igualmente, de indivíduos capazes de conceber objetivos a essa escala, atuando num quadro institucional determinado, portadores inevitavelmente de ideologias e de representações espaciais. Ideologias e representações correspondentes aos grupos e classes, portanto, às relações sociais de produção, ou seja, aos obstáculos diante das forças produtivas e das possibilidades que elas contêm. (Lefebvre, 2008, p. 139).*

Nesse sentido, o conceito de *território* recai para nós como uma lente de penetração nessa realidade. Nas palavras de Antonio C. Robert Moraes, significa “uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história” (2000, p. 21). Por isso, é imprescindível a lente analítica do pesquisador estar adequada aos interesses da pesquisa e ao objeto de estudo.



Segundo o mesmo autor, “territórios são espaços qualificados pela dominação política, são jurisdições (legais, tributárias, militares ou religiosas), são unidades de governo, áreas de exercício de um poder” (Moraes, 2011, p. 75). O conceito apreende o caráter político do processo de produção do espaço, caráter esse inerente à geografia enquanto realidade socioespacial. Ao inscrever uma cartografia de poderes, os territórios possuem uma intrínseca articulação com a esfera política que extrapola o jogo da guerra, uma vez que ele não se

*[...] mantêm apenas pelo recurso à força e à violência, envolvendo também instâncias de legitimação do domínio e do poder praticados, o que redundando em formas jurídicas de reconhecimento dos direitos de soberania (interna e/ou externamente aos espaços em questão). Nesse sentido o território é também uma construção política, que deve ser reiterada por pactos e disputas sociais. Até por isso, a formação territorial apresenta ainda uma faceta de estrita elaboração ideológica, resultando em constructos discursivos que comandam tanto a consciência dos lugares quanto sua produção material. (Moraes, 2000, p. 21-22).*

Pelo entendimento do território como “um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga” (Moraes, 2000, p. 18), orientamos nossa discussão em indicar os fundamentos do discurso político local no processo de construção territorial do Espírito Santo. O que se investiga são as razões da estruturação do discurso de atraso na maneira da elite local interagir com a sociedade capixaba.

Discutiremos a estruturação do discurso político no Espírito Santo em seu fundamento, isto é, seu mito fundador. Na pesquisa, destacamos a participação desse discurso nas estratégias do poder na construção do território e na montagem da representação da identidade capixaba.

A identidade capixaba, nessa perspectiva, é enfocada como uma construção cultural-simbólica ideologizada, tecida como instrumento de legitimação política dos pactos e



acordos costurados na construção do território espírito-santense. Dessa maneira, a identidade cultural não deve ser pensada como um *post factum*, mas sim como um caminho de movimentação política, reiterada em diferentes momentos no processo de construção do território, e que exprime a relação de uma sociedade com seu espaço considerando os interesses de classe e frações de classe expressos na produção do espaço.

Assim, é importante considerar que o *mito* fundador de uma representação de comunidade não deve ser entendido como uma simples fantasia. Mas sim como uma narrativa pública dos acontecimentos imemoráveis da comunidade. Sua importância é por ele oferecer um repertório de representações da realidade, que funcionam como uma solução imaginária para as tensões, conflitos e contradições, e ainda, como força de mobilização para a ação dos sujeitos (Chauí, 2000). “Quando referentes se ligam de modo estável,

podemos falar em mitos (por exemplo, o ‘mito do Oeste’, nos Estados Unidos, ou o ‘mito do norte’, no Quebec)” (Berdoulay, 2012, p. 114).

O trabalho está organizado em duas partes. Na primeira, discutimos sobre a movimentação política da elite capixaba na formação do território, onde nos questionamos sobre a origem e significado do discurso político estruturado a partir do quadro desfavorável da economia estadual em relação a outras unidades federativas. Em seguida, apresentamos indícios a partir de estudos anteriores que tal maneira da elite local se relacionar com a sociedade capixaba, invade a representação cultural do capixaba, movendo-a numa dualidade, que em grandes linhas gerais, expressa a contramão entre modernidade e atraso.

## 1. Atraso Regional e Discurso Político na Formação do Território do Espírito Santo

Produzido a partir de um substrato espacial,



o regionalismo aparece sendo construído e movido nesse espaço de disputas, através de representações e ideologias sobre o espaço pretendido, fazendo desse fenômeno político uma consciência social calcada num referencial espacial (Castro, 1992). Assim, se a região consiste numa fração do território, o regionalismo é o discurso da região capturada por grupos que participam na sua estruturação e significação por meio da ação política. A região, como espaço de produção, consiste numa célula do espaço econômico nacional, que, no entanto, quando assume qualidade de espaço de governo (unidade de governo), adquire uma dimensão política. Daí, nesse caso, podemos falar em formação territorial e identidade territorial.

A conhecida frase do governador Cristiano Dias Lopes Filho (1968-1971): “o Espírito Santo é um Nordeste sem SUDENE”. Se, de um lado, apresenta a estratégia do governo de auferir recursos fiscais para a economia es-

tadual, de outro, simboliza o esteio do discurso político no Estado: seu apelo ao passado de atraso e retardamento rumo ao progresso. A frase poderia ser reescrita da seguinte maneira: o Espírito Santo é tão atrasado como o Nordeste, embora seja um Estado do Sudeste! Entretanto, a gênese do discurso político local de apelar ao passado de atraso, possui antecedentes mais longínquos.

É flagrante na historiografia local o bloqueio ao processo de interiorização da ocupação e desenvolvimento comercial com as províncias vizinhas, e a importância que o fato assumiu nos discursos e relatórios de governantes até a instalação da Primeira República. O fracasso do empreendimento privado da capitania do Espírito Santo levou a Coroa reincorpora-lá, em 1718, como capitania régia – condição que se manteve até a Independência. A Coroa, desde essa época, baixou ordens proibindo a interiorização da ocupação e exploração das riquezas minerais localizadas a



oeste do território (Oliveira, 2008).

Com a “descoberta” do ouro e criação da capitania das Minas Gerais, o território espírito-santense foi inserido na política metropolitana de defesa das minas como um território *fechado*, ficando proibido o trânsito de pessoas e mercadorias entre as duas províncias. Com a determinação do escoamento do ouro se realizar apenas pelos portos do Rio de Janeiro. Nas palavras de José T. de Oliveira: “a proximidade das minas gerais não lhe permitiu conquistar o próprio território, estabelecido na carta de doação” (2008, p. 187).

Assim, a geopolítica metropolitana de defesa da região mineira, que também se revestia de interesses de fiscalizar e garantir a tributação, ao impor o trancamento do acesso à região pelo território espírito-santense. Inviabilizou a interiorização da ocupação luso-brasileira e o desenvolvimento da economia colonial mercantil por um longo período, mantendo um esparso povoamento concentrado

próximo à faixa litorânea.

*Aqui, a imensa “empresa comercial” que caracterizou a colonização brasileira, destinada a explorar os recursos materiais da terra descoberta, ficou nos justos limites da ação dos interesses metropolitanos que privilegiarão o Nordeste açucareiro, o Centro-Sul minerador e/ou os centros administrativos da Colônia ligados à dinâmica econômica predominante. Tudo isso relegou a terra capixaba a uma “economia de sobrevivência”, ou mesmo à condição de cinturão armado de sua própria hinterlândia, em cujo contexto, paradoxalmente, estava o Espírito Santo, proibido da exploração de seu território (Bittencourt, 1987, p. 15).*

Resultado: o território da antiga capitania ficou reduzido a sua menor parte, possuindo uma ocupação, que por volta da metade do século XIX, estava ainda limitada à faixa litorânea, configurando espacialmente a semelhança de três regiões produtivas sem comunicação terrestre entre elas, e contando com uma população para toda província, em 1856, de somente 49.092 habitantes (incluídos os escravos)<sup>1</sup>.

O Espírito Santo era até anos finais do século XIX, um espaço que não exprimia nenhuma unidade econômica ou política (Figura 1). O Sul havia alcançado certa expressão





econômica através da expansão das fazendas de café com a vinda de mineiros e fluminenses na segunda metade do século XIX, e transformara-se através da formação de grandes fazendas de tipo plantation no centro econômico dinâmico da província, mas constituindo uma hinterland da economia do centro do país; cujo, a classe dos fazendeiros se encontrava afastada do controle do aparelho governamental, situação que só mudaria com Jerônimo Monteiro (1908-1912). Outra região cafeeira era da Capital que se desenvolveu nas décadas finais do século XIX através da pequena e média propriedade subordinada ao capital mercantil-exportador, tendo uma produção predominantemente formada pelo trabalho familiar imigrante. A classe dominante da região reunia o estamento burocrático-militar associado ao capital comercial instalado

---

<sup>1</sup>Informações sobre o processo de ocupação do território espírito-santense podem ser obtidas em diversos textos. Referimos aqui ao trabalho de Campos Júnior (1996, cap. 2). Ver, a respeito também: Almada (1984), Bittencourt (1987), e Saletto (1996).

em Vitória. A região Norte, com uma economia de menor importância naquele tempo, tinha na produção de farinha de mandioca o seu produto de exportação, onde latifundiários e membros do estamento burocrático-militar compunham a força política da região. Como região periférica no quadro territorial da economia estadual mantinha maior comunicação com Salvador, estando culturalmente sob influência da Bahia<sup>2</sup>.

Durante o período imperial, a formação do espaço econômico com circuitos de comercialização regionalizados tomou a forma de interesses constituídos territorialmente, estruturando uma espécie de fricção entre o "Sul", como força econômica, e "Vitória", como força política (Banck, 1998).

Com a instalação da República Federativa, a autonomia conferida pelo regime federalista, criou as condições para movimentação de uma política de modernização regional

---

<sup>2</sup> Cf. Campos Júnior (1996), Zorzal e Silva (1995), e Almada (1984).



melhor articulada aos interesses locais manifestos no aparelho governamental. Contudo, as divergências dos interesses de classe, também se chocavam, revelando um combate pela direção do governo. Como assinalou Marta Zorzal e Silva, no novo regime “as lutas pela direção política estadual seria ampliado e refletiria as novas clivagens sociais e territoriais, que emergiam em decorrência da expansão da economia cafeeira” (1995, p. 68). É a partir dessa estrutura socioeconômica em suas transformações históricas que se constituiu a estruturação do poder que comandará o Espírito Santo no período republicano.

---

<sup>3</sup> No Espírito Santo, a abolição da escravidão (1888) associada à política estadual de imigração em favor da pequena propriedade, provocou sensíveis efeitos sobre a grande propriedade (distribuída na região sul principalmente), levando muitos fazendeiros a falência. Muitos desses fazendeiros buscaram no setor do comércio o meio de preservação da riqueza. A fragmentação da grande propriedade, embora não possa ser generalizada para todo o Estado, levou a classe dos fazendeiros ao enfraquecimento, e de certa forma contribuiu em atenuar o conflito de interesses entre fazendeiros versus setor do comércio (no período da Primeira República, como já assinalado, marcado por fortes nuances regionais) na direção do governo, e concentrar o poder na região central do Espírito Santo, mesmo quando o Estado era governado por elementos do sul ou do norte do Espírito Santo. Cf. Campos Júnior (1996, 2004), Saletto (1996), e Almada (1984).

Assim, como a estruturação do poder estadual se processaria dentro do quadro das forças políticas estaduais, a sobrevivência do Espírito Santo como unidade política exigiu não apenas recomposições e alianças entre as forças, mas o desenvolvimento de uma estratégia de construção das bases territoriais, que garantisse a definição de seus limites e a integração econômica do espaço estadual. Nesse processo, a hegemonia da instância mercantil-exportadora sobre a monocultura cafeeira ditou os rumos da construção do território. Por isso, tal política não poderia advir desvinculada da expansão e reestruturação do espaço econômico em favor da Capital.

É importante anotar, que a expansão da produção de café em direção ao norte do Estado, movimentando a franja agrícola, inverterá até os anos 1950 o centro econômico do Sul para o Centro-Norte do Estado. Como também produzirá recomposições e associações das lideranças políticas com frações do capital de



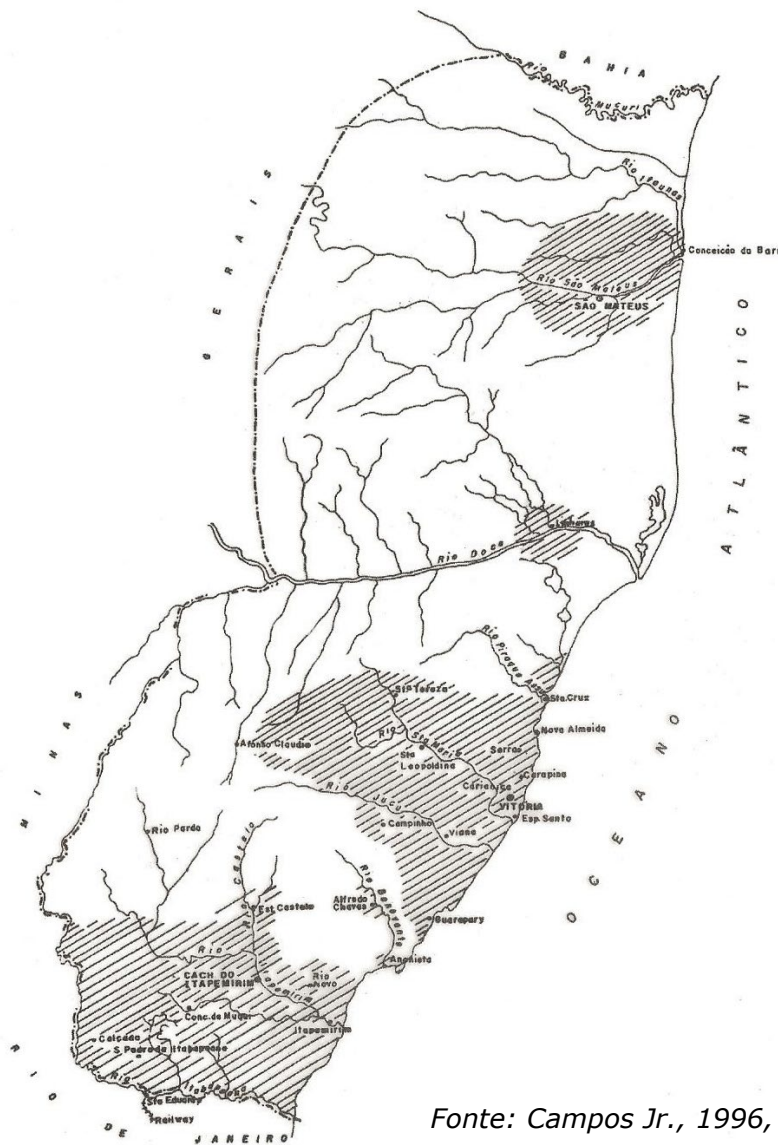
Figura 1: Ocupação territorial do Espírito Santo – última década do séc. XIX:

Cidades polo importantes no escoamento da produção e respectivas regiões produtivas.

REGIÃO CENTRAL-Vitória – REGIÃO NORTE-São Mateus – REGIÃO SUL-Cachoeiro de Itapemirim.

outras regiões na direção do governo<sup>4</sup>

Referente ao período da Primeira República, essencial assinalar que o novo regime político conferiu maior autonomia na definição dos rumos de desenvolvimento estadual, oferecendo maior margem de manobra às elites estaduais no controle do aparelho governamental sob a égide do federalismo oligárquico. O arranjo político do federalismo desenhado segundo a perspectiva do pacto das oligarquias regionais “assegurava a cada Estado o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários” (Souza, apud Zorzal e Silva, 1995, p. 43).



Fonte: Campos Jr., 1996, p. 203.

A maior autonomia dos Estados Federados para conduzir uma política diferenciada de desenvolvimento era parte estruturadora da acomodação dos interesses hegemônicos expressos no poder central e as forças regionais. Essas conferindo apoio ao regime encontravam nesse sistema a liberdade necessária para comandar uma política estadual favorável à preservação de seu poder a nível regional.

Nos primeiros anos da República, em decorrência da fragmentação espacial da economia capixaba, Vitória sofria os efeitos de

---

<sup>4</sup>Significativo desse movimento de deslocamento das forças econômicas no território e sua relação com o poder é a candidatura para o governo de Francisco Lacerda de Aguiar, um fazendeiro do sul, cuja família participou do processo de ocupação e formação das fazendas naquela região, e lançou sua candidatura em Colatina, cidade que emergia como importante centro econômico do Estado na década de 50 como local de articulação para expansão do espaço econômico para o norte do Estado, e que estava comercialmente integrada ao circuito de escoamento do café que tinha Vitória como centro de comércio. Outros exemplos desse processo, mesmo no período da Primeira República, podem ser buscados. Como a decisão de Jerônimo Monteiro (1908-1912), fazendeiro e político de Cachoeiro de Itapemirim, de favorecer o comércio de Vitória, com a conclusão da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, e promover até aquele momento as obras mais importantes de infraestrutura urbana em Vitória, como a urbanização do Parque Moscoso e conclusão de uma primeira parte do porto de Vitória. Cf. Campos Júnior (1996, 2004), e Zorzal e Silva (1995).

sua limitada polaridade comercial, circunscrita às áreas próximas da cidade. O que não contribuía para o desenvolvimento da atividade comercial já existente na cidade. Como cidade detentora do papel administrativo-burocrático da província, tinha na expansão e concentração da produção cafeeira, uma possibilidade de modernização na via do desenvolvimento comercial. Assim, o espaço edificado da Capital traduzia seu acanhado papel na estrutura do espaço estadual. O presidente de Estado Muniz Freire, em seu primeiro governo (1892-1896), se referiu nas seguintes palavras sobre o ambiente construído de Vitória:

*Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, segundo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; com um serviço de iluminação a gás duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação da sua empresa; carecedora de um fornecimento regular de carnes verdes; sem edifícios notáveis; repartições e serviços públicos mal acomodados à falta de prédios; sem teatro, sem um Passeio Público, sem hospitais, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente, desprovida de toda*



*defesa sanitária; necessitando de construir novos cemitérios, devido à irrevogável condenação dos atuais [...] (Muniz Freire, 1892, apud Derenzi, 1965, p. 168).*

Muniz Freire, num de seus discursos, conscientemente se expressou quanto à alternativa deslumbrada no fortalecimento do comércio para a modernização do Espírito Santo. Suas palavras foram as seguintes:

*Nós somos uma pequena província, atrasada, despovoada, cheia de preconceitos, sem amor próprio, pobre de estímulos e de forças; entretanto, não há povo mais ordeiro nem mais hospitaleiro, não há solo mais rico, nem mais delicioso. [...] Temos sido até hoje apenas uns contempladores de utopias; gastando o nosso tempo em urdi-las para depois sofrermos a decepção de vê-las desfolhadas ao primeiro atrito da objetividade prática. Temos ligado até hoje o nosso futuro a realização de uma via férrea que os nossos homens de Estado ainda não tomaram a sério por se tratar talvez de um assunto de pequena província do Espírito Santo [...].*

*Mas não é exato, senhores que o progresso da província do Espírito Santo dependa exclusivamente da execução dessa estrada; e direi mais, com toda a franqueza e lealdade, que nós poderemos vir a ser uma província importante, comercial e adiantada, tendo uma praça como a de Santos, municípios como os mais florescentes de São Paulo ou de Minas, antes e independentemente da construção de qualquer linha férrea para Minas. A estrada de ferro seria incontestavelmente o meio mais fácil, e eu me daria os parabéns, como espírito-santense, se pudesse ver amanhã o território desta pequena pátria cortado de trilhos e coberto de minas de trabalho e de prosperidade [...] (Muniz Freire, 1886, apud Santos, 2012, p. 184-185).*

A intenção de transformar Vitória num grande centro comercial se consolida na política estadual nos primeiros anos República, durante o governo de Muniz Freire (1892-1896). Viabilizar o desenvolvimento comercial da cidade exigia concentrar a produção de café produzido no Estado (principalmente da região Sul, cuja produção era até então comercializada pelo porto do Rio) e de parte de Minas Gerais nessa praça. Para criar as condições materiais necessárias para impulsionar o papel comercial da Capital, o governo projetou um sistema ferroviário formado por duas linhas que deveriam desviar para Vitória a produção cafeeira do Sul e ligar Vitória a Minas; planejou a construção de um novo bairro na área de praias, numa área seis vezes superior à área edificada de então, projeto conhecido como Novo Arrabalde; e contratou obras de abastecimento de água e saneamento de esgoto, e de construção do porto de Vitória (Campos Jr, 1996).



A política de Muniz Freire, na condição de um projeto compatibilizado com os interesses comerciais presentes em Vitória, buscou uma nova organização do espaço econômico estadual completado pelo aparelhamento e modernização da Capital a sua nova função de centro regional. Como esclarece Carlos T. de Campos Júnior: “suas ações não se isentaram de favorecer as frações do capital detentoras de maior poder naquele momento. Com a política de centralização do comércio do café, favoreciam-se setores do comércio” (1996, p. 199). Assim Muniz Freire se expressou quanto a seu plano:

*O argumento mais imediato em favor da necessidade dos grandes centros é fornecido pela lição de todos os tempos e de todos os povos. Não há país no mundo, de importância política ou comercial, que não tenha as suas grandes praças, e quanto mais notáveis são estas mais elevada é a categoria da nação; as primeiras nações do globo são a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha, que possuem cidades como Paris, Londres, Nova York, além de tantas outras que figuram em primeira linha após estas. (Muniz Freire, 1896, p. 35).*

A perspectiva de transformar Vitória no grande centro de articulação de uma vasta região revelava-se através do projeto ferroviário de colocar a Capital em comunicação com as regiões de produção cafeeira no Espírito Santo e de Minas Gerais, no qual a ferrovia funcionaria como elemento propulsor da expansão do espaço produtivo sob a órbita dessa cidade, e desviaria a produção do Sul do Espírito Santo em favor do setor do comércio estabelecido em Vitória. Numa das cartas enviadas ao imperador, Muniz Freire assim dizia: “o engrandecimento desta província depende da concentração de suas forças, da convergência completa de todos os elementos prósperos para esta Capital com a emancipação do comércio da Corte” (Muniz Freire, 1885, apud Cláudio, 2007, p. 280).

Nas Cartas ao Imperador, assim conhecidas uma coleção de sete cartas escritas a D. Pedro II, em 1885, Muniz Freire enquanto elencava pedidos a sua majestade para o de-





envolvimento da província, não só já deixava claro seu pensamento de desenvolvimento do Espírito Santo, como indicava a causa do atraso econômico, em suma, resultado da desarticulação comercial da Capital com o espaço econômico estadual e de regiões vizinhas. Compreendido isto, mais claro se apresenta como era significativa para a elite local a celebração do acordo da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas – mesmo não se esquecendo dos atritos da política territorial entre os dois Estados:

*Fato de maior relevância exige especial menção no começo desta mensagem: quero referir-me á honrosa visita que acaba de fazer á nossa Capital o ilustrado Presidente do grande e poderoso Estado de Minas, trazendo o nobre pensamento de celebrar com este governo o convênio econômico autorizado pelos Congressos de ambos os Estados, e por amor de cuja realização empreendi no ano passado viagem á capital mineira [...].*

*Sob o convenio que tivemos a honra de celebrar nada preciso acrescentar-vos. Tive enfim a fortuna de ver assim coroados os meus votos, um futuro imenso rasgado á grandeza comercial deste Estado, e regulada para sempre a imemorial aspiração dos dois povos, não sendo honra de menor valor o exemplo que demos á nação, usando nós os primeiros dessa faculdade constitucional.*

*É escusado insistir sobre a importância desse plano, que vem pôr-nos em comunicação com uma vasta região de Minas [...]. Pondo de parte os imensos resultados econômicos que daí provirão para o nosso Estado, cuja prosperidade correrá a sorte do largo desenvolvimento que terá logo uma enorme extensão do rico Estado vizinho, não precisaremos senão calcular o progresso que fará imediatamente a ubérrima região do sul do Estado, onde, á par da grande produção, tornando-o um dos centros agrícolas mais importantes de toda a República, há ainda grandes extensões incultas de terras tão boas como as melhores do país.*

*Concluídas as duas linhas o porto da Vitória será o mercado da maior parte da zona mineira que fica lhe a oeste, e de quase todo o Norte daquele Estado até as cabeceiras do rio S. Francisco. (Muniz Freire, 1893, p. 5-6, 13-14).*

A política de Muniz Freire, além do projeto de modernizar a Capital, dotando a cidade de condições de urbanização satisfatórias ao crescimento do setor do comércio. Assumiu uma postura regionalista de construção do território espírito-santense, tecendo elementos na edificação de uma identidade própria como veículo de preservação dos interesses locais:

*Nós somos entretanto ainda um Estado fraco, onde esse sentimento edificante precisa de ser cultivado com escrúpulo, de modo que não soque, nem aos exagero; sombrios das civilizações primitivas, onde o hospede é sempre suspeitado, nem*



*ao requintado absentismo que gera a idolatria pelo que é de fora, e conclui pela abdicação da própria dignidade.*

*Realmente, o que se conhece deste pobre Estado é que ele tem sido governado de fora, através de quase todas as situações.*

*[...] A dignidade do Estado e o progresso da nossa moral política exigem que nos reabilitemos desse passado, mostrando-nos capazes de governar-nos com os próprios elementos da nossa política interna. Esse é o verdadeiro problema da nossa autonomia moral, que nada tem de comum com a mal entendida tendência de espezinhar o concurso valoroso dos que não tendo aqui o berço vêm entretanto identificar-se conosco em todos os nossos destinos.*

*Tratemos de concentrar as energias para que elas possam juntas colaborar no engrandecimento de nosso Estado; – o mais é repetir frases oras sem nenhum êxito prático. Façamos, o Espírito Santo já seria uma estrela de primeira grandeza na constelação em que S. Paulo é o alfa. (Muniz Freire, 1892, p. 2-4).*

Com Muniz Freire temos um marco para o entendimento do Espírito Santo não somente pela predominância dos interesses do setor do comércio nas decisões do governo, mas também pelo plano estratégico de preservar o próprio Espírito Santo como unidade da federação, garantindo sua sobrevivência como entidade política e como instrumento de ação da classe dominante local. Quanto a isso, de-

ve-se ter clareza que no quadro de poder da Federação, o fortalecimento econômico desses grupos perpassava a sobrevivência política da elite capixaba, o que exigiu a reestruturação do espaço econômico em favor da sede de governo e da elite comercial instalada nessa cidade.

A política de fortalecimento do papel comercial de Vitória, mesmo quando a direção do governo estava entregue a lideranças políticas sulistas, naturalmente ligadas a classe agrofundiária daquela região, indica a preservação dos interesses da instância mercantil-exportadora na política estadual. Nestor Gomes (1920-1924), político do sul do Estado, afirmava: “Vitória que não é só a sede do nosso mais importante município, que não é só a nossa Capital, mas que também é a cabeça e o coração do Espírito Santo, além de ser o ponto forçado de convergência de uma região enorme do centro do Brasil” (1921, p. 32).

A perspectiva comercial da política ca-





pixaba, ao encarar a situação da pequena dimensão territorial do Estado, buscou na concentração da produção de café de regiões vizinhas, indo além dos seus limites territoriais, o caminho para o fortalecimento do setor do comércio. Guiado por esse interesse, e dada à alta disponibilidade de terras devolutas no Espírito Santo, o governo também buscou na introdução de imigrantes, na intenção de ampliar a produção de café no Estado, contribuir com o setor do comércio. Todavia, a precária infraestrutura de comunicação no Estado dificultava a execução do programa, o que levou o cel. Henrique Coutinho (1904-1908) enfatizar a seguinte preocupação: “logo que seja possível, continuaremos o povoamento de nosso Estado, e da instrução ao povo. Abrir estradas e estaremos salvos” (1906, p. 25).

A ideia de construir um sistema ferroviário que comunicasse Vitória aos mais importantes municípios do Estado, e também a outras regiões produtivas nos Estados vizinhos,

incluía na rede de comunicação esses importantes centros estaduais numa posição comercial subordinada a Capital capixaba. Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, e São Mateus<sup>5</sup>, constituíram assim na organização do espaço estadual centros avançados de articulação comercial de regiões produtivas com o porto de Vitória.

No quadro de poder da República, a condução da política estadual orientada pelos interesses locais visou consolidar o espaço de jurisdição do Estado do Espírito Santo, movimentando uma estratégia dentro dos balizamentos instituídos em 1891. Desse modo, como ainda não estavam definidos os limites territoriais entre Minas e Espírito Santo, havia a necessidade de preservação do espaço de domínio pretendido, o que estabeleceria o espaço de exercício da

---

<sup>5</sup> O Estado também planejava a construção de uma terceira grande linha férrea, a E. F. São Mateus, que deveria colocar S. Mateus em comunicação com o norte de Minas. Também se planejava ligar esse centro com a E. F. Vitória a Minas, integrando por transporte ferroviário o principal centro ao norte do Espírito Santo com Vitória. Cf. Nestor Gomes (1922, 1924).



prática política da elite local. Sobre esse aspecto Geert Banck observa:

*Havia já algum tempo que políticos mineiros, entre eles o irmão de Cristiano Otoni, Teófilo, visualizavam Vitória como porto marítimo natural para Minas Gerais. De fato, alguns membros da Assembleia Constituinte mineira de 1891 chegaram a cogitar um modelo de governo descentralizado, mais ou menos na linha do sistema de cantões suíços, como prelúdio de convite a ser feito ao Espírito Santo para se incorporar ao novo estado. Os capixabas rejeitaram a ideia: assim perderiam o direito tanto a um poder judiciário independente como um clientelismo independente, além de perderem também sua própria identidade cultural. (Banck, 1998, p. 62).*

O fato assim,

*[...] considerando o pequeno número de pessoas envolvidas e apesar das cisões políticas, essa foi importante fonte de acomodação entre os membros da elite local. [...] De certo, tendo a presença bem próxima de Rio e Minas como exemplos grandiosos de poder políticos e excelência cultural, e confrontando com um enorme influxo de migrantes brancos puros, a elite capixaba alimentava uma espécie de complexo de inferioridade, compensado no entanto pela busca de uma identidade própria. (Idem, Ibid., p. 62).*

As palavras do presidente de Estado cel. Henrique da S. Coutinho, na Assembleia Estadual, bem elucida a ameaça territorial en-

frentada pela elite capixaba: “procuremos ao menos conservar o pequeno território que na desigual partilha nos coube” (1905, p. 47). No trecho transcrito, o presidente comentava a ocupação do extremo norte do Estado por forças policiais do governo da Bahia, e das dificuldades de se chegar a um acordo satisfatório para o estabelecimento dos limites a oeste do Estado com o Governo de Minas.

Na obra *O direito do Espírito Santo*, Bernardino Monteiro (1916-1920) afirmava que a “faixa litorânea” que forma hoje o território espírito-santense, havia sido “constituída em muralha divisória entre o mar e os terrenos das minas, em cortina escondendo os tesouros descobertos”. Bernardino ainda se questionava em tom irônico se o Espírito Santo deveria pagar esse “grave tributo aos vexames, que então se criavam para impedir o contrabando” das riquezas minerais (apud Cicero Moraes, 1939, p. 31).



O signo do atraso, resultado dos constrangimentos ao desenvolvimento do Espírito Santo, assumiu papel decisivo na construção da identidade política local, constituindo o *mito fundador* da sociedade capixaba. A situação de “barreira protetora” das riquezas minerais foi posicionada naquele momento, ao bloquear a comunicação comercial com outras regiões, como a causa maior do atraso econômica do Estado no cenário nacional.

O discurso na sua posição de instrumento político buscou força e legitimidade no passado de injustiças e quicá de “traições” ao “povo” capixaba. Por meio do qual a classe dominante buscou apoio para o projeto de construção de uma nova sociedade. Romper com o passado colonial simbolizou nesse momento a miríade desse projeto.

Assim, articulado ao processo de construção territorial do Espírito Santo se desenvolveu uma política de modernização, que muito se refletiu nos projetos de urbanização

da Capital. Essa política exprimiu a luta para a preservação dos interesses da elite capixaba numa nova quadra da história, visando também superar sua situação subalterna no cenário nacional. Como observou João C. Simonetti Júnior: “responder ao mito fundador, superar ‘o atraso a que fomos condenados’ é tarefa a que as elites capixaba vão se dedicar durante todo o século XX” (2002, p. 58).

Nesse sentido, sobrevivência política e interesses econômicos são questões que não podem ser interpretadas de maneira desassociada na formação territorial do Espírito Santo. Um caso de atrito envolvendo interesses do plano da econômica que perpassava a estrutura política do Estado fica explícito pela concorrência entre Minas Gerais e São Paulo para indicar o presidente do Espírito Santo, em 1920 (Ferreira, 1987).

Os interesses externos de formar no Espírito Santo um Estado “marionete”, além do objetivo de formar um corredor de exportação



sobcontrole direto, para o caso dos mineiros, se voltavam também para o manuseio do volume de café exportado pelo Espírito Santo, principalmente após a determinação das cotas de exportação do produto entre os Estados produtores (São Paulo, Rio, Minas, e Espírito Santo), em 1927, no Segundo Convênio Cafeeiro. A tentativa de interferência direta na política estadual indicou, naquele momento, a necessidade de afirmação da elite local no controle do Estado, como caminho de preservação de seus domínios.

A definição dos limites territoriais entre Espírito Santo e Minas Gerais foi questão que percorreu por quase todo século XX. É preciso ainda lembrar que os limites territoriais entre os dois Estados não haviam sido totalmente definidos mesmo após o fim da Primeira República<sup>6</sup>. Nesse momento, as terras altas ao norte do rio Doce ainda estavam sendo incorporadas ao processo produtivo. O que dava contornos de ocupação/povoamento a estratégia política

de cada Estado na disputa territorial.

Em 1935, Carlos F. Monteiro Lindenberg, quando secretário da fazenda e da agricultura (e futuro governador do Espírito Santo), recebeu carta de um amigo de Barra de São Francisco avisando da invasão de mineiros, pela serra de Aimorés, e a situação de pistolagem na região. Ele organizou uma caravana da qual incluía Otto de Oliveira Neves (grande fazendeiro e prefeito de São Mateus), para verificar a situação. O destino era Mantena e a serra dos Aimorés. Depois de passarem por Mantenópolis seguiram para Mantena:

*Um frio danado que fazia. No dia seguinte fomos verificar a cavalo o alto da serra (era realmente uma serra), que dividia o Estado de Minas e o Espírito Santo, mas os mineiros estavam querendo passar para o lado de cá, conquistando terras. Subimos em dois lugares e em todos os dois estavam passando mineiros. Lá em cima tinha um pau divisório. Depois fomos para Mantena, passamos um dia lá e procuramos um conhecido de Wilson Cunha, mas o camarada não quis receber, alegando que tinha sido ameaçado por um capitão da polícia mineira, porque, se ele recebesse os capixabas, quando voltasse ia levar uma surra. [...] Ali era a lei do mais forte. Basta dizer que na subida da serra, onde se dividiam as águas lá para o lado de Minas, eu encontrei uma cerquinha que tinha mais ou menos dez metros quadrados. Então perguntei ao camarada*



*que me acompanhava e que era de lá mesmo o que era aquela cerquinha e ele disse: Não é nada não, senhor, é de um camarada que mês passado matou dois e a única obrigação do assassino é de enterrar o morto. Ele enterrou aqui e fez esta cerquinha para marcar o lugar. Eu disse: E onde ele está? O outro respondeu: continua por aí mesmo, já cumpriu sua obrigação. Nós estávamos ali por nossa conta, e bancando os valentes. Conversamos muito, os mineiros muito desconfiados, uns achavam que aquilo ali era Minas, outros que era Espírito Santo, mas depois seguimos e fomos sair em Cachoeirinha [hoje Tumiritinga] onde íamos pegar o trem. (Lindenberg, apud Almeida, 2010, p. 178).*

A Companhia Territorial, com sede em Colatina, desde a Primeira República, era a empresa encarregada da colonização do rio Doce. Ao norte do rio Doce, a definição dos limites permaneceu num impasse até 1963, quando no governo de Francisco Lacerda de Aguiar, as áreas de influência e de clientelismo das forças sociais formadas nos dois territórios foram definidas (Figura 2).

Dessa maneira, pode-se entender que foi no processo de construção territorial e da preservação dos interesses econômicos concentrados na Capital, que temos a elaboração do discurso político da elite capixaba. O discurso

de atraso significou uma maneira de organizar apoio para a luta política no objetivo de preservar determinados interesses no território. De acordo com Marilena Chaui, “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. Sua articulação com a ideologia está na qualidade dessa última alimentar-se “das representações produzidas pela fundação [mitológica], atualizando-as para adequá-las à nova quadra da história” (2000, p. 9-10).

---

6 Os limites territoriais entre Espírito Santo e Minas Gerais, ao sul do rio Doce, ficou estabelecido em 1911. Todavia, na ausência de um acordo entre as partes para o restante da zona litigiosa, o mesmo Convênio que estabeleceu os limites ao sul do rio Doce, outorgou a definição dos limites ao norte desse mesmo rio por decisão arbitral, levando a questão para uma longa disputa judicial entre os dois Estados. Cf. Cicero Moraes (1939).





Figura 2: Foto da assinatura do acordo de definição dos limites entre Espírito Santo e Minas Gerais ao norte do rio Doce: Monumento de demarcação dos limites dos Estados e governador do Estado do Espírito Santo Francisco Lacerda de Aguiar, em 14/09/63.

Fonte: cortesia de Paulo Vianna de Aguiar.



Este recurso político de apelar ao passado foi recuperado em alguns momentos da política estadual. Em momento recente, diante do impasse federativo da disputa dos royalties do petróleo, o ex-governador Paulo C. Hartung Gomes, em entrevista a TV Gazeta, no dia 10 de novembro de 2011, declarava:

*O Espírito Santo sempre foi colocado à margem do desenvolvimento nacional, sempre ficou esquecido. [...] Muitos Estados já tiveram oportunidades criadas pelo governo central, [o que] não é o nosso caso. Muito pelo contrário, na hora de erradicar os cafezais, de diminuir a produção de café, o Espírito Santo foi escolhido para ser prejudicado naquele momento. Hoje estamos vivendo um momento ímpar na história do Espírito Santo, mas fruto do nosso trabalho, ninguém nos deu as coisas. Agora, quem não deu ainda quer tirar? Esse é o ponto. Tirar uma parte dessa ampla janela de oportunidades que se abriu para o Estado é um ato de brutalidade, de covardia que não tem tamanho. E querem fazer isso de uma forma maluca, que fere a Constituição, fere os contratos assinados, no caso desses campos que estão em produção [...] (Hartung Gomes, 2011).*

Portanto, o Espírito Santo nasce e se desenvolve sob o signo do atraso regional. Trata-se da construção de uma sociedade e de um território, que vai ter na representação de seu espaço um elemento básico de montagem do

território e da coesão social e política. O descompasso histórico em relação ao desenvolvimento econômico de outros Estados do Sudeste preencheu e dotou de significado o discurso político da elite capixaba. Pensamos que essa representação foi reconstruída em diversos momentos na história, reafirmada e utilizada em novas roupagens em diferentes momentos.

Assim, cabe agora, questionarmos até que ponto tal discurso penetrou a representação da cultura capixaba?

## 2. Das articulações entre ideologia e identidade no Espírito Santo

Em interessante trabalho sobre a representação da identidade capixaba no jornalismo local, João C. Simonetti Júnior (2002) definiu a identidade capixaba como expressa por uma dualidade insolúvel entre “ser” moderno e “ser” provinciano. Identidade plasmada num





vir-a-ser moderno, que não supera o passado, mas que expressa às sucessivas tentativas e bloqueios a superação da situação material. Como resultado dos sucessivos constrangimentos ao desenvolvimento do Espírito Santo, a identidade capixaba se expressa como:

*[...] posicionada encerrando uma impossibilidade, uma condenação ao atraso, e que a presença, sempre revivida deste mito, estabelece, hoje, uma tensão insolúvel entre modernidade e província. Desejamos a modernidade que nos é impossível, por que fomos condenados ao atraso, condenados a sermos provincianos. [...] Desse modo, estabelecemos no "centro" do nosso discurso de identidade uma dupla impossibilidade: não podemos ser modernos (porque fomos condenados a ser provincianos) e não podemos viver na província idealizada (porque já somos um pouco modernos). De todo modo, o bom é sempre o Outro: ou o Rio de Janeiro, Salvador e Nova York, ou a Vitória idealizada da nostalgia. A identidade capixaba é, então, vivida como um devir, um vir-a-ser que não se realiza jamais, ou como algo fora do mundo, deslocado. (Simonetti Jr, 2002, p. 53).*

Erguida dessa verticalidade, a identidade capixaba se reveste e é sustentada pela ideologia. Nasce e se desenvolve como expressão dela: não faz sentido separá-las, ideologia e identidade se imbricaram de tal for-

ma, que a identidade só existe como ideologia e a ideologia é já parte dela. Como ideologia espacial, isto é, como "consciência do espaço trabalhada num sentido político" (Moraes, 2002, p. 44), guiando a consciência e identificação dos sujeitos com o espaço-território, o discurso envolve a identidade que passa a traduzir nela os dilemas dos grupos no poder. Ela exprime no presente, a história de luta dos grupos que saídos das "sombras" do processo de ocupação ocuparam as primeiras fileiras da política estadual<sup>7</sup> em busca do almejado progresso, ou seja, da superação de sua condição de subalternidade.

O desenvolvimento desse poderoso discurso, forjado na órbita da classe dominante e ancorado na condição material do espaço, alimentou discursivamente a formação da elite local, ao passo que sustentou uma política territorial voltada para preservação dos seus interesses no território. A identidade cultural capixaba, parece também ter raízes nesse pro-





cesso, definida por uma insolúvel dicotomia do provinciano-moderno, e formada as sombras daqueles que foram tidos por nós como grandes – Rio, São Paulo, ou Minas Gerais. Embebido nesse jogo de disputas pela preservação do território, o espírito de progresso edificado nas mentes da elite local surgiu para contestar o sentimento de atraso social.

A maneira da elite local se relacionar com a sociedade capixaba, penetra a representação desta identidade, movimentando-a nessa dualidade, que expressa a contramão entre modernidade e atraso. Em suma, busca-se o moderno (o “progresso”) na glorificação das vitórias para apontar em direção a um futuro esperançoso. Porém, volta-se ao passado (ao atraso), seja para organizar as forças para próxima campanha ou para se perdoar as derrotas. Em ambos os sentidos temos o reforçamento do clientelismo com a sociedade: as vitórias são comemoradas como efeitos dos heróis da história espírito-santense, e as

derrotas já têm vilões certos, são (sempre) de fora.

---

7 Os trabalhos de Almeida (2010) e de Santos (2012). O primeiro para o caso da oligarquia dos Monteiros, dos irmãos Bernardino e Jerônimo, e mais recentemente de Carlos F. Monteiro Lindenberg, esse sobrinho dos irmãos Monteiro. E a segunda, para o caso da família Pinto Ribeiro e Monjardins, liderada por Muniz Freire no período republicano. Contêm informações valiosas que nos permitem indicar como as principais lideranças políticas do Espírito Santo no século XX são de poderosas famílias que participaram do processo de ocupação das terras no Estado no século XIX e XVIII. Outros nomes, como de Francisco L. de Aguiar, também pertencem a essa indicação, embora não haja trabalhos que recuperem a sua história familiar.



### Considerações Finais

Neste texto, tratamos de demonstrar como o signo do atraso é um elemento estruturador da maneira a qual a elite local se relaciona com o território e sociedade capixaba. Surge principalmente como consequência da condição de “barreira protetora” das Minas Gerais, e é re-alimentada na história pela condição desfavorável da economia estadual em relação à economia de outras unidades federativas, como Rio ou Minas Gerais. Como discurso, participa e se exprime na representação da identidade capixaba.

É preciso salientar que o atraso regional enquanto discurso, busca sustentação nos obstáculos ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo. O discurso na sua origem se estabeleceu principalmente como consequência da política do poder central de contenção da interiorização da ocupação. Posteriormente no Império, ele é reforçado pela desequilibra-

da política de desenvolvimento em privilégio da Corte. No primeiro período republicano, o isolamento comercial (de Vitória) constituiu no discurso da elite capixaba no principal elemento de expressão do atraso do Espírito Santo, por isso, causa maior das angústias locais. Mas esse discurso também assumirá outras tonalidades em diferentes momentos do desenvolvimento estadual.

No processo de construção territorial do Espírito Santo, se identifica uma grande correspondência entre a instância mercantil-exportadora e a promoção do discurso de atraso regional, como ferramenta política de mobilização de recursos, alianças, e diálogo com a sociedade. Fazendo-se dominante no aparelho de governo, essa fração do capital vai apontar na modernização via desenvolvimento comercial, o caminho para a preservação dos interesses da elite capixaba, e assim, o caminho do progresso estadual.

No Espírito Santo, o atraso, convertido



em sentimento, é instrumento de luta nas estratégias do poder.

94

A história política do Espírito Santo do ponto de vista de suas engrenagens ideológicas ainda é campo pouco explorado pelos estudiosos. Neste trabalho, detivemos nossa análise principalmente sobre o período da Primeira República, incluindo observações extras de outros momentos históricos que permitissem minimamente a coerência do argumento. Necessário é a produção de mais estudos que procurem identificar o posicionamento da elite local e sua relação com a sociedade quanto ao tema do discurso e da ideologia, em cada momento histórico, para entendimento da formação territorial do Espírito Santo articulado a formação da elite política capixaba. Para essa tarefa, os momentos de inflexão ou atrito político, aparecem como os mais ricos em informações. Pois representam momentos de entusiasmo ou temor, momentos que a sobrevivência política esta em jogo.



## Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

95  
ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1892-1896 (Muniz Freire). **Discurso pronunciado pelo Presidente do Estado do Espírito Santo...** Vitória, Tipografia do Estado, 1892.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1892-1896 (Muniz Freire). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo...** Vitória, Tipografia do Estado, 1893.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1892-1896 (Muniz Freire). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo...** Vitória, Tipografia do Estado, 1896.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1904-1908 (Henrique Coutinho). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo...** Vitória, Papelaria e Tipografia Nelson Costa, 1905.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1904-1908 (Henrique Coutinho). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo...** Vitória, Papelaria e Tipografia Nelson Costa, 1906.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo...** Vitória, Oficina da Imprensa Estadual, 1921.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo...** Vitória, Oficina da Imprensa Estadual, 1922.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo...** Vitória, Oficina da Imprensa Estadual, 1924.



### Bibliografia:

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850/1888)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 221 p.

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo**. 1 ed. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. 501 p.

BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo**. 1 ed. Vitória: IHGES, 1998. 268 p.

BERDOULAY, Vincent. **Espaço e cultura**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa (org.). Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 101-131.

BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987. 138 p.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. 1 ed. Vitória: PMV, 1996. 246 p.  
\_\_\_\_\_. A formação da centralidade de Colatina. 1 ed. Vitória: IHGES, 2004. 89 p.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. 249 p.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 103 p.

CLÁUDIO, Afonso. **História da literatura espírito-santense**. -. Vitória: Secretaria do Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2007. 556 p.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965. 254 p.

FERREIRA, Sinésio Pires. **Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1840-1960**. 1987. 261 p. Dissertação (mestrado em ciência econômica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia Industrial.



LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 431 p.

\_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002. 156 p.

\_\_\_\_\_. **Território e história no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2008. 154 p.

\_\_\_\_\_. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2011. 155 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 2 ed. São Paulo; Hucitec, 1987. 196 p.

MORAES, Cicero. **Limites do Espírito Santo**. 1 ed. Vitória: Estado do Espírito Santo, 1939. 283 p.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. 670 p.

SALETTI, Nara. **Transição para o trabalho livre no Espírito Santo (1888-1930)**. 1 ed. Vitória: Edufes, 1996. 162 p.

SANTOS, Estilque Ferreira dos. **José de Melo Carvalho Muniz Freire**. 1 ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. 599 p.

ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. 1 ed. Vitória: FFCA/SPDC, 1995. 530 p.

SIMONETTI JÚNIOR, João Carlos. **O capixaba e o outro: representação da identidade cultural no jornalismo impresso do Espírito Santo**. 2002. 172p. Dissertação (mestrado em comunicação e cultura contemporânea) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

